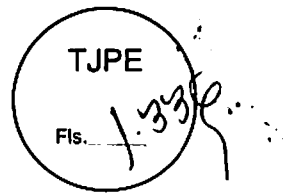




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 7408-43.2013.8.17.0000
(309074-2)

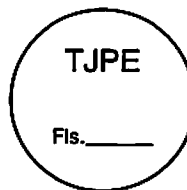
RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: LIBERTY SEGUROS S/A
EMBARGADOS: MARILEIDE MARQUES e OUTROS

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÕES E CONTRADIÇÕES NÃO VERIFICADAS. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DESNECESSÁRIO. REJEIÇÃO DO RECURSO.

- Imprescindível a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou erro na decisão embargada para atribuição de efeitos infringentes aos aclaratórios;
- As questões suscitadas no Agravo de Instrumento foram analisadas de modo claro e preciso, não havendo omissão ou contradição a ser sanada;
- O prequestionamento exigido pelos Tribunais Superiores para efeito de conhecimento dos Recursos Especial e Extraordinário refere-se às questões controvertidas, e não aos dispositivos legais utilizados pela parte para fundamentar o seu suposto direito;
- Não configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 535 do CPC, nem sendo possível rediscutir os fundamentos do julgado recorrido, os embargos devem ser rejeitados.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Senhores Magistrados integrantes deste órgão fracionário, em **REJEITAR O RECURSO**, de conformidade com o Termo do Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

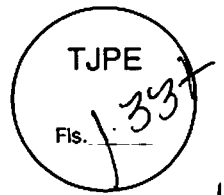
Sala de Sessões, em

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 7408-43.2013.8.17.0000
(309074-2)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: LIBERTY SEGUROS S/A
EMBARGADOS: MARILEIDE MARQUES e OUTROS

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Embargos Declaratórios contra aresto proferido por esta C. Câmara, o qual, à unanimidade de votos, rejeitou as preliminares de incompetência da Justiça Estadual, inépcia da inicial, ilegitimidade ativa e passiva, falta de interesse de agir e prescrição e, no mérito, negou provimento ao Agravo de Instrumento (fls. 1255/1256v - Vol. 6). Eis o teor do acórdão embargado, verbis:

.....
EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. FINANCIAMENTO DO SFH. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, INÉPCIA DA INICIAL, ILEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA, FALTA DE INTERESSE DE AGIR E PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. PROVA PERICIAL. HONORÁRIOS A CARGO DA SEGURADORA. AGRAVO IMPROVIDO.

- Após a edição da Resolução 297 do Conselho Curador do FCVS, em 17.11.2011 - regulamentando o art. 1º da Lei 12.409, de 25.05.2011 - houve uma alteração significativa no regime jurídico da apólice pública (ramo 66) do seguro habitacional;

- No tocante à competência jurisdicional para processar e julgar as ações de indenização securitária, existem 3 (três) situações possíveis: 1) as ações embasadas nas apólices privadas (ramo 68) devem correr perante a Justiça Estadual, figurando



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Carneiro de Moraes

TJPE

Fis. _____

no polo passivo apenas a seguradora; 2) as demandas fundamentadas na apólice pública (ramo 66) e ajuizadas contra as Seguradoras até 17.11.2011, devem correr perante a Justiça Estadual, podendo a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL requerer, nesses casos, o ingresso na lide como assistente simples, provocando o deslocamento da competência para a Justiça Federal, desde que preencha os requisitos estabelecidos pelo C. STJ no julgamento dos EDcl nos EDcl no Resp 1.091.393/SC, quais sejam, formulação de requerimento expresso e demonstração do efetivo comprometimento dos recursos do FCVS; e 3) as ações embasadas na apólice pública (ramo 66) e propostas a partir de 18.11.2011 devem ser encaminhadas à Justiça Federal, diante da obrigatoriedade da participação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL como sucessora do antigo consórcio de seguradoras, independentemente do preenchimento de outros requisitos, em face do disposto na Lei 12.409/2011 e na Resolução 297 do Conselho Curador do FCVS;

- Na situação em tela, apesar de os imóveis estarem vinculados à apólice pública (ramo 66), a ação foi proposta em 01.11.2011, época em que o FCVS era mero garantidor do equilíbrio do seguro, sem responsabilizar-se diretamente pela cobertura dos sinistros. Nesta toada, o deslocamento da competência para a Justiça Federal dependia de requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e da demonstração, mediante prova documental, do efetivo comprometimento de recursos do FCVS. Este último requisito, porém, não foi satisfeito. Preliminar de incompetência da Justiça Estadual rejeitada;

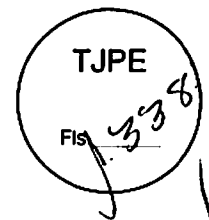
- A exordial da demanda originária atende a todos os requisitos previstos no art. 282 do CPC. Preliminar de inépcia da petição inicial rejeitada;

- Nas ações de seguro habitacional em que se pleiteia recuperação de sinistro de danos físicos no imóvel, o beneficiário do seguro pode ser o mutuário, o cessionário, seus sucessores ou dependentes, na forma da lei civil. Súmulas nº 56 e 59 do TJPE. Ademais, a quitação do financiamento não inviabiliza a cobrança da indenização securitária por danos resultantes de vício de construção. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada;

- A Agravante é sucessora da COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS (uma das 21 seguradoras autorizadas a atuar no Sistema Financeiro de Habitação), resultando daí sua legitimidade. Demais disso, os consumidores não podem ficar à mercê das alterações na rede de atuação das seguradoras integrantes do SFH. Noutro giro, revela-se incabível a denúncia da lide à construtora ou ao agente financeiro, sob pena de afronta ao princípio da celeridade processual. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Eulálio J. F. Carneiro de Moraes



- A recusa de cobertura manifestada pela Agravante na peça contestatória já é suficiente para configurar sua resistência em face do pedido dos Agravados. Preliminar de falta de interesse de agir rejeitada;
- Não há de se falar em prescrição se o evento descrito na apólice é atual e permanece atingindo os imóveis de forma contínua e progressiva. Preliminar de prescrição rejeitada;
- Mérito. De conformidade com o art. 33 do CPC, os honorários do perito judicial devem ser recolhidos pela parte que requereu a produção da prova, no caso, a Agravante;
- Recurso improvido.

.....

Nos presentes aclaratórios (fls. 1275/1325 - Vol. 6), a Embargante, outrora Agravante, considera omissa e contraditório o julgado. Pretende obter, de modo genérico, o reexame das seguintes teses: (i) incompetência da Justiça Estadual; (ii) inépcia da inicial; (iii) ilegitimidade ativa dos Agravados, aqui Embargados; (iv) ilegitimidade passiva; e (v) prescrição.

Diante disso, pugna pela atribuição de efeitos infringentes aos Embargos, para reforma do acórdão recorrido, acolhendo-se os argumentos acima mencionados.

Alternativamente, requer o prequestionamento dos dispositivos e normas a seguir descritos: arts. 206, 757 e 758 do Código Civil; arts. 6º, 70, inciso III, 113 e 267, inciso VI do CPC; Decreto-lei 2.406/88; Decreto-lei 2.476/88; Lei 10.150/00; Medida Provisória 475/09; art. 1º da Lei 12.409/11; e Resolução 297/11 do CCFCVS.

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

É o relatório, no essencial.

Dispensado de inclusão em pauta, nos termos do art.

85, "d", do RITJPE.

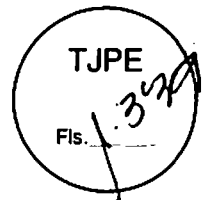
Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 7408-43.2013.8.17.0000
(309074-2)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: LIBERTY SEGUROS S/A
EMBARGADOS: MARILEIDE MARQUES e OUTROS

V O T O

Não obstante plenamente admitida a atribuição de efeito infringente aos Embargos de Declaração, como pretende a Embargante, para tanto se faz mister a existência de omissão, contradição, obscuridade ou erro na decisão embargada.

Na situação em tela, não vislumbro lacuna, tampouco contradição no julgado, pois as matérias articuladas no Agravo de Instrumento foram analisadas com clareza e objetividade.

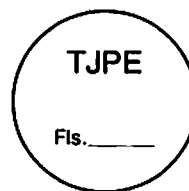
Com efeito, a questão da competência em ações de seguro habitacional do ramo público foi examinada no voto do Relator Substituto - e. Des. Tenório dos Santos - (fls. 1257/1262 - Vol. 6), ficando assentada a obrigatoriedade de participação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL apenas nos processos instaurados a partir de 18.11.2011, data em que a Lei 12.409/11 foi regulamentada pela Resolução 297 do Conselho Curador do FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS.

EDcl AI 309074-2 - 1 - 09/13

1



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Eutímio J. F. Pereira de Moraes



Conforme o voto do Relator Substituto, os processos anteriores a 18.11.2011 devem seguir seu trâmite normal perante a Justiça Estadual, não sendo obrigatória a participação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

De fato, a lume do acórdão-paradigma prolatado pelo C. STJ nos autos dos EDcl nos EDcl no Resp 1.091.393/SC, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL até pode intervir, como assistente simples, nas ações referentes à apólice pública ajuizadas antes da regulamentação da Lei 12.409/2011, porém tal intervenção está condicionada (i) à formulação de requerimento expresso e (ii) à demonstração, mediante prova documental, do comprometimento de recursos do FCVS.

Não preenchidos os aludidos requisitos, a demanda deve tramitar perante a Justiça Estadual, tendo como Ré apenas a Seguradora.

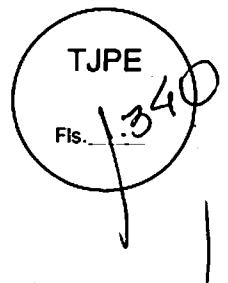
A seu turno, a participação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL como Ré nos processos relativos à apólice pública instaurados a partir de 18.11.2011 decorre diretamente da Lei 12.409/2011 - com a regulamentação da Resolução 297 do Conselho Curador do FCVS -, como ressaltado no voto da Ministra Isabel Gallotti¹.

¹ Inteiro teor disponível em:

https://ww2.stj.jus.br/processo/jsp/revista/abreDocumento.jsp?componente=ITA&sequencial=1150874&num_registro=200802177170&data=20121214&formato=PDF (ver páginas 10 e 79 do documento).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Lima de Moraes



Na hipótese dos autos, a demanda originária envolvia apólice pública e havia sido proposta em 01.11.2011 (fls. 247 - Vol. 2) - data anterior à publicação da Resolução 297 -, época em que o FCVS era mero garantidor do equilíbrio da apólice, sem responsabilizar-se diretamente pela cobertura dos sinistros.

Assim, não havendo pedido expresso de intervenção da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, tampouco prova documental do comprometimento de recursos do FCVS, revela-se escorreita a rejeição da preliminar de incompetência, mantendo-se a tramitação do feito perante a Justiça Estadual, tendo como Ré apenas a Seguradora.

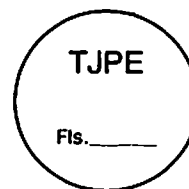
Como se vê, a questão foi devidamente analisada, não havendo omissão nem erro no aresto embargado.

D'outra banda, a alegação de inépcia da inicial também foi enfrentada no voto do Relator Substituto, concluindo-se que a exordial da "Ação de Indenização Securitária" atendia a todos os requisitos previstos no art. 282 do CPC.

Em relação à preliminar de ilegitimidade ativa, restou esclarecida a aplicação da súmula 56 deste E. TJPE.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Eúclides J. F. Pereira de Moraes



O Relator Substituto ressaltou que o cessionário possui legitimidade para buscar a cobertura securitária, mesmo quando assume o financiamento e o seguro por força de contrato de gaveta celebrado com o antigo mutuário.

Noutro giro, a questão da preliminar de ilegitimidade passiva da Agravante, aqui Embargante, foi analisada no voto do Relator Substituto, *verbis*:

.....

"De plano, esclareço ser a Agravante sucessora da COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS - uma das 21 (vinte e uma) seguradoras autorizadas a atuar no Sistema Financeiro de Habitação - SFH, como se vê das Normas e Rotinas componentes da Resolução BNH 18/77 (fls. 427 - Vol. 3).

Lado outro, a Agravante não comprovou a afirmação de que não atua na região onde se localizam os imóveis dos Agravados. Sequer apontou qual seria a Seguradora responsável ao tempo do aviso do sinistro.

Desta feita, em sede de cognição sumária, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva, mesmo porque os consumidores, aqui Agravados, não podem ficar a mercê das alterações na rede de atuação das Seguradoras integrantes do SFH.

Noutro giro, discute-se, no caso, a obrigação da Seguradora cumprir o contrato de seguro, cobrindo os danos causados pelo sinistro, independentemente de culpa.

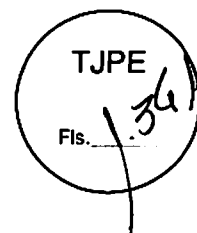
Diante disso, revela-se descabida a pretensão de denunciar a lide à construtora ou ao agente financeiro. Tal medida, além de injustificada, afrontaria o princípio da celeridade processual.

Por conseguinte, a Agravante possui legitimidade para figurar no polo passivo da lide, remanescendo-lhe o direito de ajuizar ação regressiva em face da construtora ou do agente financeiro, caso entenda necessário. (...)" (fls. 1265/1265v - Vol. 6).

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Vândido J. F. Pereira de Moraes



De mais a mais, inexistente omissão quanto à preliminar de prescrição. No voto do Relator Substituto, ficou evidente a inviabilidade da contagem de qualquer lapso prescricional, diante da atualidade do sinistro, senão vejamos:

.....

"(...) A pretensão do segurado contra o segurador deve ser exercida no prazo de 1 (um) ano, de conformidade com o art. 206, §1º, II, "b" do CC/2002 (correspondente ao art. 178, §6º, II, do CC/1916²).

Entretanto, na situação em tela, é inviável contar qualquer prazo prescricional em favor da Seguradora, pois o sinistro contratualmente coberto [risco de desmoronamento das casas] não ocorreu em um momento determinado. Ao contrário, efetivou-se sem data certa e persistirá até a adoção das medidas necessárias à recuperação dos imóveis.

Desta forma, tratando-se de sinistro continuado e atual, os mutuários e cessionários poderiam solicitar a cobertura securitária a qualquer tempo, mesmo porque eventual contagem de prazo prescricional se renovaria a cada dia" (fl. 1268 – Vol. 6).

.....

Como se percebe, as omissões e contradições ventiladas pela Embargante apenas revelam sua intenção de rediscutir o mérito da demanda, o que é vedado na estreita via dos aclaratórios, como se observa dos acórdãos adiante transcritos, com grifos nossos:

.....

² Art. 206. Prescreve: II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo: b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Pereira de Moraes

TJPE

Fis. _____

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. 1. A via dos embargos declaratórios não se presta para rediscutir os fundamentos da decisão embargada. 2. Não sendo possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos aclaratórios, a teor do art. 535 do CPC, a rejeição dos embargos é solução que se impõe. 3. Embargos declaratórios rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1044851/PR, Rel. Min. VASCO DELLA GIUSTINA - DES. CONVOCADO DO TJ/RS, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 06/11/2009).

.....

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTENÇÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. EMBARGOS REJEITADOS. 1. A função dos embargos é tão-somente afastar omissão, contradição ou obscuridade, na forma do art. 535 do Código de Processo Civil. Não estando presente nenhum desses vícios, como na hipótese em exame, não há como acolher o presente recurso, haja vista não serem os declaratórios via adequada para buscar o reexame de questões sobre as quais já houve manifestação do órgão julgador. 2. Embargos declaratórios rejeitados. (EDcl no REsp 817.979/MG, Rel. Min. DENISE ARRUDA, 1ª Turma, DJ 11/02/09).

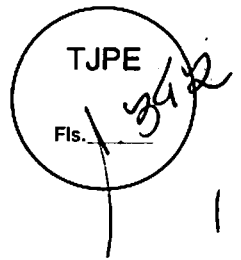
.....

Por fim, tendo o aresto embargado apreciado todas as questões suscitadas nos aclaratórios, revela-se desnecessário o prequestionamento requerido pela Embargante.

Com efeito, o prequestionamento exigido para admissão de recurso às instâncias superiores refere-se às questões controvertidas, sendo despicienda a referência explícita às normas legais indicadas pela parte para fundamentar o seu suposto direito.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Ante o exposto, não estando configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 535 do CPC, nem havendo necessidade de manifestação explícita sobre os dispositivos legais suscitados, **REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS DECLARATÓRIOS.**

! É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator